
*MEMÓRIAS DO CÁRCERE: HISTÓRIA
SIM, LITERATURA TAMBÉM**

Wilma Martins de Mendonça**

"Esse novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se"
(Graciliano Ramos - *Memórias do cárcere*)

1. *Desfiando o novelo*

Memórias do cárcere é, sem dúvida, uma das narrativas mais tensas e ambíguas de nossa literatura. Nela, o narrador reconstrói, *literariamente*, a sua própria experiência e a dos companheiros de prisão, *tornando-a, ao mesmo tempo, experiência do leitor.*

Preso em 1936, por aparentes ligações com a Aliança Nacional Libertadora dez anos depois, Graciliano Ramos resolve – após “muita hesitação”¹ – escrever suas impressões do cárcere. “Depoimento crucial”, “direto” e, no entanto, “grande literatura”², como a classifica ambigualmente Antonio Candido, essa narrativa se afasta, radicalmente, de outros textos – literários ou não – relativos aos mesmos acontecimentos, enquanto se

* *Este trabalho é parte da nossa Dissertação de Mestrado - Memórias do cárcere: cativo manifesto, cativo simulado - defendida na UFPB em 1993. Também está vinculado ao Projeto Integrado Literatura e Memória cultural: tradição e modernidade, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e na Pós-Graduação em Letras da mesma universidade.*

** *Professora de Literatura Brasileira da UFPB.*

aproxima de outras escrituras de cunho francamente ficcional. A singularidade do texto de Graciliano – em meio à “epidemia literária” que grassava na cadeia³ – é recorrentemente tematizada pelo narrador de *Memórias do cárcere*.

Na verdade, a narrativa vai, continuamente, descortinar o propósito de ambigüidade do narrador e o seu intuito de fugir aos métodos convencionais de textos memorialísticos, que resultariam na criação de um mero panorama do Estado Novo, ou na produção de um simples relatório dos feitos revolucionários. Apesar de estar clara na prosa memorialística graciliana a substância social de suas lembranças, o narrador demonstra que seu modo de narrar é marcadamente peculiar, na medida em que a apreensão da realidade social representada se dá através de uma ótica deformante, via metáfora do binóculo:

Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto parecer conveniente.. [...] Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação [...] quase me inclino a supor que foi bom provar-me desse material. (MC, v. 1, pp. 35/36)

Sem os suportes materiais de suas lembranças e evocando-as através de uma lente especial - segundo as suas conveniências - o narrador reforça a sua intenção de ambigüidade. A metáfora do binóculo além de ratificar a busca de originalidade do texto, face a outros já elaborados e criticados pelo narrador, sugere, também, que a interpretação do contexto materializado na narrativa, se processará através de um diálogo crítico entre o narrador e o Estado Novo. Essa constatação, por si só, não é elucidativa, não dá conta da riqueza dessa metáfora, considerada por nós como chave para a leitura das *Memórias gracilianas*.

Antonio Candido, em *Ficção e confissão*, assegura que a importância das *Memórias do cárcere* na literatura brasileira se deve ao fato de nelas encontrarmos o homem e o ficcionista.⁴ Na realidade, o diálogo estabelecido entre o narrador e o cenário por ele focalizado é efetuado através do parâmetro literário:

O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, *tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana.*

Mussolini era um grande homem, e escritores nacionais celebravam nas folhas as virtudes do óleo de rícino. A literatura fugia da Terra, andava num ambiente de sonho e loucura, convencional, copiava figurinos estranhos e exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. O romance abandonava o palavrão, adquiria boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de quatro mil e quatrocentos. Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas [...]" (MC v. 1. p. 50 - grifos nossos)

Esse filtro literário permeia a visão do narrador e contamina toda a escritura. Se atentarmos para a forma sugestiva de interpretação de nosso clima social nos idos de 36, observamos que, utilizando-se do recurso analógico - "tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana" - o narrador coloca o dilema brasileiro da transplantação das idéias estrangeiras em nosso solo histórico e social. No caso, do ideal nazista e fascista. A inadequação sugerida pelo anátema - "bárbara colônia alemã" - aponta para uma grosseira e rude cópia do modelo importado, modelo este, duramente criticado pelo narrador. Além do caráter ideológico, o narrador graciliano sinaliza para a situação colonial, cultural e politicamente falando, do nosso país.

No que concerne à arte, mais especificamente à literária, nota-se que o texto estabelece - via imagética do "óleo de rícino"⁵ - uma relação de contigüidade entre os escritores nacionais e o ideário fascista. Recoloca, assim, a situação de dependência ideológica de nossa *intelligentzia* face ao contexto europeu dos anos 30. Ao mesmo tempo desvenda a implausibilidade de uma literatura que, ao copiar figurinos estranhos, exhibe *mamulengos*, portanto, *cópia caricata!*

Realçando o caráter caricatural dessa página histórica, o narrador se recusa a copiar, para tanto, procedimentos literários. Todo acontecimento examinado ou a ser observado é antevisto como lucro literário que poderia que poderia possibilitar a correção de *Angústia* (M v. 1, p. 44) e a confecção de um novo livro. Assim, se sua prisão "kafkiana" constitui um *logro carcerário*, o narrador a transforma em *lucro literário*; ou seja: produção de um novo texto a partir da realidade vivenciada, já que o narrador só se abalança a expor a coisa observada enquanto subjetivamente sentida. (MC, p. 60)

Quase nada escapa à literarização graciliana. Seja o regime de

exceção do período getulista, sejam os feitos dos revolucionários. Ao referir-se à marcha empreendida por Prestes, irá denominá-la de “viagem romântica”, “marcha quixotesca”. A comparação entre Prestes e o personagem ficcional de Cervantes nos indica, mais uma vez, que a compreensão e a interpretação do narrador graciliano se processa via *filtro literário*. Os episódios político-sociais e os protagonistas neles envolvidos são, portanto, compreendidos à luz da tradição literária.

Neste procedimento, o narrador além de escapar à criação de um painel de época, dificulta a compreensão do leitor que, preso às suas conveniências tem de estar atento também às leituras por ele efetuadas. Ao olhar desse narrador deverá o leitor permanecer atento, encarando-o como um desafio a conduzir sua leitura.

Deste modo, ao declarar que *olhará de relance* os acontecimentos vividos e presenciados, o narrador de *Memórias do cárcere* conduz o leitor - novamente - a uma outra escritura. Desta feita, ao texto ficcional *São Bernardo*. Neste texto, publicado em 1934, encontramos esse mesmo olhar, a mesma explicitação do rigoroso trabalho com a linguagem, a mesma ironia endereçada à presença da “cor local” - presença esta obrigatória no Romance de Trinta - manifestado em *MC*. Afere-se, então, que o método empregado na tessitura de *São Bernardo*, associado ao olhar do narrador Paulo Honório, é similar ao utilizado pelo narrador das memórias políticas de Graciliano Ramos. Vejamos, respectivamente, passagens dos textos de *MC* e *SB*:

Posso [...] saltar passagens desprovidas de interesse [...] Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance [...] ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente [...] Não resguardei os apontamentos [...] Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, [...] mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata da partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam das árvores, num pátio branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz [...] Mas que significava isso? (*MC* v. 1., pp. 35/36 - grifos nossos)

Reproduzo o que julgo interessante. Suprimi diversas passagens, modifiquei outras [...] Cortei igualmente, na cópia, numerosas tolices [...] ficaram muitas [...] as que me pareceram úteis. E o

processo que adoto: extraio dos acontecimentos algumas parcelas; o resto é bagaço [...] Uma coisa que omiti e produziria bom efeito foi a paisagem. Andei mal. Efetivamente a minha narrativa dá a idéia de uma palestra realizada fora da terra. Eu me explico: ali, com a portinhola fechada, apenas via de relance, pelas outras janelas, pedaços de estações, pedaços de mata, usinas e canaviais [...] mas este gênero não me interessa.

Esses fragmentos textuais revelam traços substantivos de semelhança entre as duas narrativas. *A metáfora do binóculo em MC, avizinha-se do olhar de fresta do narrador de São Bernardo*. Idem para a postura manipulativa do narrador na construção de suas memórias. Essas formas de ver e narrar o dado empírico se definem em meio a um jogo bastante peculiar à escritura graciliana:⁶ o da quebra da fidelidade factual pela mediação do discurso literário. Dessa atitude escritural, deriva o exaustivo trabalho com a linguagem (sugerido pelas omissões, supressões, cortes e repetições textuais) explicitado pelos dois narradores. A opção pela opacidade discursiva representa, simetricamente, a recusa “à obsessão fotográfico-documental do decênio de Trinta.”⁷ Não há, como se pode apreender nos escritos gracilianos, nenhuma anuência aos princípios estéticos que nortearam a produção romanesca da Geração de Trinta. A ironia ao descritivismo da paisagem é por demais explícita nas duas narrativas e indica o “isolamento” de Graciliano Ramos nesse contexto literário.

Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos...
(*MC*. v. 1. p. 35)

[...] não tenho o intuito de escrever em conformidade com as regras. (*SB*. p. 72)

Passagens semelhantes, propósitos similares. A leitura desses fragmentos só reforça a concepção de que, no livro que trata de sua liberdade postergada, o narrador graciliano recusa a liberdade condicional de escrever sob as regras de escrever sob às normas da escritura memorialística e sob a *égide do romance realista de Trinta*. Se essa ruptura é assaz significativa em *São Bernardo*, em *Memórias do cárcere* ela assume uma significação ainda maior por atestar, assim, uma dupla ruptura desveladora da tendência à ficcionalização das memórias políticas de Graciliano Ramos.

A pretensão do narrador de *MC* em literarizar sua narrativa é continuamente desvendada ao leitor. Seja através de um discurso de dissimulação - o da alegada falta de método - seja através de um discurso pseudamente transparente: *Esforço-me por alinhar esta prosa lenta, sairá daí um lucro, embora escasso.* (*MC*, v. 1, p. 109) Essa pretensão é que nos possibilita estabelecer um diálogo entre os narradores dessas escrituras.

Essas passagens, porém, não são as únicas que sugerem uma aproximação entre o narrador de *Memórias do cárcere* e o narrador de *São Bernardo*. Ao tratar de sua hesitação face à construção das lembranças, o narrador da prosa memorialística confessa ter se decidido a compor sua narrativa devido ao fato - entre outros- de avaliar que “isto será publicação póstuma” (*MC*, v. 1, p. 35)

Nesse caminho, ao manifestarem a *perda dos suportes de suas produções* - “os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação” e a “cooperação de Padre Silvestre, de João Nogueira e do Gondim”- os narradores procedem de forma similar em *MC* e *SB*:

Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante. [...] perda escassa: estavam pessimamente redigidos, e longos anos tantas vezes me sucedera queimar *prosa ordinária* que não me abalava a destruição de mais algumas páginas. (*MC.*, v. 1 p. 36: v. 2, p. 36 - grifos nossos)

O resultado foi um desastre [...] o redator do Cruzeiro apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheios de besteiras que me zanguiei: - Vá para o inferno Gondim. Você acanhalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. *Há lá alguém que fale dessa forma!* [...] *Afinal foi bom privar-me da cooperação de Padre Silvestre, de João Nogueira e do Gondim.* (*SB*, pp. 8/10 - grifos nossos)

Se, na dicção das memórias políticas, os apontamentos poderiam levar o narrador à produção de um texto que - embora “pessimamente redigido”- apresentasse o rigor da veracidade factual (um texto documental, portanto), na fala das memórias ficcionais a cooperação dos personagens acima citados levaria a uma escritura distanciada do tom coloquial: enfim, a produção de um texto retórico. Reatando com

passagens anteriores de *MC*, constata-se que a negação ao documento factual e ao documento retórico sinaliza para o aspecto de relativa liberdade da criação literária. O que é descartado pelos narradores gracilianos é a concepção da literatura como “cópia”, seja da realidade, seja das normas ou padrões pré-estabelecidos do fazer literário.

Outro ponto comum aos narradores gracilianos, dos textos ora analisados, constitui a estratégia reiterativa informada tanto em *memórias do cárcere* quanto em *São Bernardo*:

Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance [...] *ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar*, se isto me parecer conveniente. (*MC*, v. 1, p. 36 - grifos nossos)

“Talvez deixe de mencionar particularidades úteis, que me pareçam acessórias e dispensáveis [...] *e repita passagens insignificantes*. (*SB*, p. 10 - grifos nossos)

Na verdade, a técnica reiterativa não apenas é anunciada como é sobretudo realizada nos textos. Como se vê, as narrativas se encaminham, persistentemente, em busca do lucro literário. Nesse sentido, pode-se aferir que as memórias políticas de Graciliano Ramos não devem ser encaradas como prosa à parte ou “obra menor” no conjunto de sua produção literária. Essa escritura não apenas apresenta similaridade com obras ficcionais - do Autor como também explicita, pela reduplicação, o processo de composição dos romances do autor de *Linhas tortas*. Dessa forma, *Memórias do cárcere* nega-se enquanto documento histórico para se afirmar como prosa literária. *Discurso histórico sim, literatura também*.

2 Entre as linhas e as curvas textuais, os fios da tradição

Se encontramos na tessitura de *Memórias do cárcere* - ainda que sub-repticiamente - a explicitação do modo narrativo de *São Bernardo*, o mesmo não se dá com *Angústia*, recorrentemente referido no texto.⁸

Ao discorrer sobre o processo de composição de *Angústia*, o narrador de *MC* vai apontar como defeitos daquela narrativa uma certa “impressão de falsidade” “redundâncias”, derramamentos e “desconexões”. (*MC*, v.1, p.42). Matreiramente, o narrador faz uso da metalinguagem para demarcar os critérios escriturais a serem adotados

em *MC*: o da verossimilhança e o da economia estética. O rechaçamento à alegada impressão de falsidade em *Angústia* não se encaminha para a elaboração de um discurso de espelho em *Memórias do cárcere* e, sim, para a busca do verossímil. Na mesma linha, o suposto repúdio à tática reiterativa nos orienta para a funcionalidade desse discurso expressivo e não para um desperdício lingüístico.

Pelo caminho indicado, nada seria mais enganoso do que incorrer no ardil engendrado pelo narrador de *MC*: o de levar o leitor a constatar que em sua prosa de memórias políticas os “defeitos” de *Angústia* tornam-se, contraditoriamente, qualidades. Ora, escapando dessa armadilha, percebe-se que a sensação de irrealidade - agudizada pela repetição de determinados comportamentos ou fatos - que nos propicia a leitura das lembranças gracilianas exprimem, na verdade, uma correspondência entre a realidade tematizada e um *procedimento ficcionalizante na reconstrução da mesma*.

Se refletirmos como se inicia a perseguição política do narrador - Antonio Candido nos fala da situação “kafkiana” da sua prisão, sem motivos e sem esclarecimentos⁹ - vemos que o estabelecimento da repressão no Brasil se processa de forma misteriosa, velada.¹⁰ Esse clima de mistério e irrealidade trilhará toda a obra até culminar na explosão completa da insensatez da conjuntura focalizada: milhares de pessoas, das mais diversas categorias sociais, são encarceradas, submetidas à degradação da tortura e, em alguns casos, assassinadas barbaramente, independente de pertencerem ao Partido Comunista do Brasil (PCB), à Aliança Nacional Libertadora (ANL), ou de terem participado do Levante Comunista de 35. Dessa forma, vê-se que o “clima de irrealidade” contido na obra liga-se, literariamente, ao contexto focalizado.

Esse procedimento de literarização é pontuado pelo narrador de *Memórias do cárcere* quando passa para o leitor o ponto de vista que adotará na narração:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário: fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. *Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei de discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se.* (*MC*, v. 1, p. 37 - grifos nossos)

Consciente de que sua escritura não constitui ficção, o narrador, por outro lado, sente-se constrangido a fazer uso da primeira pessoa na narração das memórias. Isso não impede, contudo, que ele adote um foco narrativo que, segundo Jean Pouillon, seria mais próximo da ficção: a visão por detrás.¹¹

Em seu livro, *O tempo no romance*, Pouillon busca substancialmente definir o que se entende por romance. Reconhecendo, de início, o pressuposto já bastante difundido de que o discurso romanescos mantém relações com a psicologia, Pouillon acrescenta, por sua vez, que esses dois discursos não somente se aproximam da realidade humana. (p. 32) Enfatizando a identidade existente entre a psicologia e o romance, elabora – à luz dessa formulação – uma análise das formas romanescas a partir do foco narrativo, ou seja, a partir dos modos de compreensão dos personagens.

Atento aos modos de compreensão dos personagens, o estudioso francês aproxima o romance da autobiografia. Nessa aproximação vai considerar a autobiografia como um dos gêneros mais favorável, por um lado, e por outro mais desfavorável para se estabelecer uma relação estreita com o gênero romanescos e a psicologia. Mais favorável por se apresentar como compreensão do *eu* sob a forma romanescas; mais desfavorável por parecer que a imaginação não interfere nessa compreensão do *eu* e, como a imaginação caracteriza o romance, a autobiografia não poderia ser considerada como tal. Essas são as primeiras ponderações do texto de Jean Pouillon. No entanto, ao prosseguir em suas reflexões, concluirá que “*mesmo na instantaneidade de sua relação consigo mesma, a consciência é imaginação.*” (p.41) Daí, perceber que nada impede que se considere a autobiografia como romance e o romance como autobiografia já que o romance é autobiografia de um ser imaginário.

Ao desenvolver esses pressupostos, Pouillon distingue duas formas de autobiografias: as recordações - nas quais o Autor esforça-se por estar com aquele que foi um dia - e as memórias nas quais o Autor procura rever-se a fim de julgar, justificar-se numa atitude de quem vê “por detrás”. Considerando o texto memorialístico como uma das espécies autobiográficas, reconhecendo que a imaginação está presente tanto neste discurso quanto no romance, Pouillon não apenas estabelece relações efetivas entre o discurso romanescos e o discurso autobiográfico como encara as memórias e as recordações como gênero literário. No que se refere mais particularmente às memórias, Jean Pouillon considera a “visão

por detrás” – específica desta forma narrativa – como uma atitude intrínseca ao romancista:

[...] esta fonte não se encontra no romance e sim no romancista, na medida em que este dá prosseguimento à sua obra sem coincidir com um de seus personagens. Ele lhe dá prosseguimento mantendo-se por detrás dela; não se encontra dentro do mundo por ela descrito mas sim por detrás dele, ou como *um demiurgo, ou como um espectador privilegiado* que conhece o lado inferior das cartas [...] O romancista está ‘por detrás’. Com isto pretendemos dizer duas coisas: por um lado, que ele não se encontra em seu personagem, mas sim distanciado dele; por outro lado, que a finalidade desse distanciamento é a compreensão imediata dos móveis mais íntimos que o fazem agir; graças a esta posição, *ele vê os fios que sustentam o fantoche e desmonta o homem*. Em suma: não é o herói que se mostra ao romancista, impondo-lhe a visão que dele deverá ter; o romancista é que escolhe a sua posição para ver o personagem.” (p.62/63 - grifos nossos)

Ora, conforme salientou-se anteriormente, o distanciamento da perspectiva narrativa em *MC*, frente ao contexto e aos personagens tematizados, é algo recorrentemente sugerido no texto. Esse distanciamento deriva precisamente do olhar por detrás do narrador, revelando, na escrita memorialística de Graciliano Ramos, a presença (in)disfarçada do romancista:

Fiz o possível por entender aqueles homens, *penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza* [...] (*MC*, v. 1, p. 37, grifos nossos)

Mas o Presidente da República era um prisioneiro como nós: puxavam-lhe os cordões e ele se mexia, *títere, paisano movido por generais*. (*MC*, v. 1, p. 285, grifos nossos)

Adotando a “visão por detrás”, o narrador graciliano como que alonga os olhos, empreendendo uma apreciação crítica, nada eufêmica do cenário da década de Trinta. Assim, nada parece escapar ao *olhar demiúrgico* desse narrador - que penetra nas almas. Seja a (i)logicidade que preside os feitos da reação getulista, seja a que norteia a ação dos revolucionários. Exemplos desse acurado olhar representam as passagens

a seguir. A primeira tematiza a estranheza do narrador diante da denominação de um lugarejo situado nas redondezas da Colônia Correccional, na Ilha Grande, para onde estava sendo conduzido por uma escolta policial. A segunda faz alusão a um certo despreparo e insensatez dos revolucionários envolvidos na “bagunça de 35”. (MC, v. 1, p. 205)

Como se chama este povoado? - Abrão [...] Topônimo esquisito: Abraão. Um dos condutores me corrigiu a pronúncia: Abrão. Certamente havia morado ali um sujeito importante com esse nome. Algum judeu? *Na Alemanha a designação torpe e semítica se haveria riscado, mas a esculhambação nacional não atentava nisso.* E o Abrão continuava na geografia miúda, possivelmente um velho Abrão de olhos vivos e nariz curvo, parente vago de Gikovate e Karacik, transferido um mês atrás para a Sala da Capela. (MC, v. 2, p. 4, grifos nossos)

Ramiro Magalhães era uma criança estouvada e ruidosa, a quem tinham conferido insensatamente o cargo de Prefeito de Natal. *Esse disparate indicava bem que a sedição não representava nenhum perigo.* Vencida a força pública facilmente, conquistado o poder precário, os rebeldes se haviam julgado seguros: divertiam-se fazendo a tiros desenhos nas fachadas, queriam voar em aeroplanos, entregavam negócios públicos a meninos. Ao primeiro ataque rijo - fuga precipitada, rendição. E o Prefeito de Natal se embrulhara também. Com desembaraço de colegial afoito, não se inteirava da situação, presumo, via nela uma espécie de brincadeira. (MC, v. 1, pp. 143/144, grifos nossos)

Na realidade, a produção memorialística de Graciliano Ramos reflete um olhar pessimista (positivamente crítico) face ao contexto brasileiro dos anos 30. Silviano Santiago, ao tratar do pessimismo na obra do autor alagoano, aponta como gênese desse pessimismo o fato de ser o escritor, entre vários autores estudados mais frequentemente pelo ensaísta, “o único que se dá conta de que a história brasileira é falsa. E na medida em que essa história social é falsa, os seus personagens são praticamente a-históricos, porque estão fora do que chamam História. Ai está o ceticismo, o pessimismo do texto de Graciliano [...] Ele finca pé ali, nos dizendo o que? Esta é uma história social imóvel. Esta é uma

história social que marca passo! É uma história social que não avança. É neste sentido que eu falo do pessimismo de Graciliano Ramos".¹²

Não há como negar a impressão que o texto nos passa de que a idéias e ações desse momento brasileiro estão "fora de lugar". Exemplos dessas idéias deslocadas constituem tanto a reprodução do sentimento anti-semítico em solo nacional quanto a consciência revolucionária via paradigma da Internacional Comunista. O balanço, impiedoso, do Estado Novo efetuado pelo narrador de *MC*, vai continuamente desconstruindo uma imagem de Brasil ideologicamente construída. Nessa desconstrução, o narrador lança mão de um parâmetro interpretativo que consiste numa comparação entre *realidade externa* (original) e a *realidade interna* (cópia): "Na Alemanha a designação torpe e semítica se haveria riscado, mas a esculhambação nacional não atentava nisso."

Pautando-se por essa avaliação comparativa, o narrador procede *um desvendamento de nossa falsidade histórico-social*, nos termos de Silviano Santiago. Ao refletir sobre o tratamento dispensado aos presos da Colônia Correccional, ao analisar a tortura praticada nos cárceres contra presos políticos, ao relatar o momento em que o governo brasileiro envia Olga Prestes (grávida) e Elisa Berger aos campos de concentração alemães, o narrador retoma a questão - clássica no Brasil - da autenticidade ou não-autenticidade da cultura (em sentido lato) brasileira:

Isso nos trouxe ao pensamento *a brandura dos nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoada por sujeitos da má fé ou idiotas. Em vez de meter-nos em forno crematório, iam destruir-nos pouco a pouco [...]* Uma noite chegaram-nos gritos medonhos do Pavilhão dos Primários [...] Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo [...] pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases [...] As duas mulheres sairiam do Brasil se a covardia nacional as quisesse entregar ao assassino estrangeiro [...] Mas por que, na horrível ignomínia, haviam dado preferência a duas criaturas débeis? Elisa Berger, presa, era tão inofensiva quanto o marido, preso também. Contudo iam oferecê-la aos carrascos alemães, e Harry Berger permanecia aqui, ensandecido na tortura. *O nazismo não exigia restos humanos [...]* A noite, na sala 4, Elisa despertava banhada num suor de agonia, os olhos espavoridos. A lembrança dos tormentos não a deixava; um relógio interior indicava o instante exato em que, meses atrás, a seviçavam na presença de Harry,

imóvel, impotente. Olga Prestes, casada com brasileiro, estava grávida [...] *A subserviência das autoridades rele a um despotismo longínquo enchia-me de tristeza e vergonha. Almas de escravos, infames; adulação torpe à ditadura ignóbil.* Nasceria longe uma criança, envolta nas brumas do Norte; ventos gelados lhe magoariam a carne trêmula e roxa. Miséria - e nessa miséria abatimento profundo. (MC, v. 2. pp. 65/263/265 - grifos nossos)

As reflexões do narrador - que permeiam essas passagens dramáticas, no caso da tortura e da entrega de Olga e Elisa Berger à Gestapo - não apenas apontam para uma discrepância entre o que ocorre em solo europeu e o que se realiza em chão nacional mas, sobretudo, corrói um dos mais caros mitos de nossa cultura: o mito da cordialidade do homem brasileiro. Convém assinalar que a proposição mistificadora - duramente criticada em MC - “da índole pacífica nacional” e/ ou da “cordialidade” ou “bondade” brasileira não se atém ao escrito de Sérgio Buarque de Holanda. Essa construção mítica surge depois, a partir de uma interpretação equivocada das palavras do autor de *Raízes do Brasil*.¹³ Na verdade, Sérgio Buarque ao falar da cordialidade brasileira se refere ao pendor do homem brasileiro em abolir o formalismo e convencionalismo no trato social. Para ele, “[...] essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo o formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia.” (p. 106)

Voltando à avaliação graciliana, percebe-se que essa apreciação se encaminha no sentido de sugerir ao leitor a face caricata de nossa adaptação às ideologias estrangeiras, sejam elas de esquerda ou direita.¹⁴ A importância de algumas dessas reflexões reside na avaliação e articulação de realidades aparentemente semelhantes e, no entanto, tão distintas. Dessa comparação deriva a impressão de que os anos 30 se caracterizam por uma montagem de planos e ações para que estes se apresentem como realizações coerentes.

Ora, se nos reportarmos à década de Trinta, contexto focalizado em *Memórias do cárcere*, vemos uma situação político-social algo bizarra. Há uma suposta revolução¹⁵ - a chamada revolução de 30, denominada pelo narrador de “bagunça de 1930” (MC, v. 1, p. 56) - da qual estão ausentes as forças progressivas representadas tanto pelo Partido

Comunista do Brasil, quanto por alguns dirigentes da Coluna Prestes - a exemplo de Luiz Carlos Prestes - então referentes dos anseios progressistas.¹⁶

A Aliança Liberal, criada em 1929, no intuito de levar Vargas ao poder, lança mão não somente de alguns itens da plataforma política do PCB e do nome de Prestes (que reage contra a utilização do seu nome e prestígio político, lançando um manifesto no qual analisa a campanha da Aliança Liberal) como empreende também uma união de "Partidos" e setores econômicos até com finalidades conflitantes. Essa estranha confluência de Partidos e idéias se volta contra o governo de Washington Luiz e, através de uma "campanha demagógica", atrai considerável parte da população citadina, militares - entre eles, antigos e influentes oficiais da Coluna Prestes, como Juarez Távora - e garante a vitória a Getúlio Vargas. (CARONE, pp. 232/256)

Conquistada a vitória, Getúlio assume - "como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro" - o Governo da República. (Idem, pp. 283/285)

De início, o país atravessa um período de calma. A euforia pelos ideais "revolucionários" e pelo desenvolvimento industrialista no Brasil, consegue empanar - pelo menos a curto prazo - o alto custo de vida e inflação, as reivindicações das classes populares e das classes médias cada vez mais freqüentes. Apesar de responder a essa situação com uma política "demagógica", ilustrada pela tapeação do Ministério do Trabalho (Idem, pp. 254; 284/286) e pela alocação de vários líderes da chamada revolução nos ministérios, Getúlio Vargas não consegue evitar a reação ao seu governo exemplificada pela Revolução paulista de 32, a tentativa de golpe de Goés Monteiro e a crescente insatisfação popular. Nesse cenário, surge a Aliança Nacional Libertadora - ANL - que, ainda segundo Edgar Carone, constitui "o momento máximo da política de massas da Segunda República e exemplo de sua capacidade organizatória e reivindicatória." (Idem, p. 256)

A adesão das massas à Aliança Nacional Libertadora é tão evidente e efetiva que o Governo, sentindo-se ameaçado, reage com o fechamento da organização, cujo resultado culmina no Levante Comunista de 35. Levante, esse, que não dimensionou as condições pouco propícias do país para uma insurreição dessa envergadura. Na verdade, as ilusões de viabilidade revolucionária no Brasil são mais originárias do desejo dos comunistas do que fruto de avaliações concretas.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, "a realidade construída nessas avaliações muitas vezes somente existia nas análises dos comunistas (para não dizer em suas cabeças): é sobre essas ilusões que os dirigentes da IC (Internacional Comunista) irão desenvolver algumas de suas diretrizes."¹⁷ Essa passagem é exemplar da adaptação, nada crítica, às idéias estrangeiras: no caso, a tomada do poder nos moldes da revolução bolchevique, no inadequado solo brasileiro de então.

A estranheza desse momento social não apenas é captada por Graciliano Ramos como é literariamente trabalhada em *MC*. Não passou despercebido ao Autor a difícil aclimatação do ideal comunista no chão brasileiro de 35, nem tampouco o germe ditatorial que permeava a "novíssima República". Atento a esse clima social - um tanto absurdo - o narrador graciliano constrói seu texto utilizando-se da *categoria do bizarro* (dentre outras categorias ficcionais) como elemento de articulação entre a escritura e a realidade por ela problematizada. Esse artifício é empregado, pois, no intuito de corroer o contexto sócio-político focalizado.

Pouco estranho à produção literária brasileira, o bizarro tem sido utilizado em nossas letras, de forma mais acentuada, tanto por um Machado de Assis quanto por Lima Barreto. Se nos reportarmos às personagens machadianas - Cotrim e o próprio Brás Cubas - vemos que Machado de Assis lança mão desse artifício para uma maior eficácia literária.¹⁸ Em relação a Lima Barreto, nada é mais notório do que o caráter bizarro do Major Quaresma. A esse respeito, vale registrar o trabalho de Carlos Nelson Coutinho¹⁹ sobre a importância e o significado de Lima Barreto em nossa literatura. Nesse trabalho, ao analisar a narrativa *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o ensaísta detecta um movimento narrativo que vemos, também, expresso em *Memórias do cárcere*.

No caso do texto de memórias políticas de Graciliano Ramos, verifica-se que a apreciação crítica estabelecida na narrativa se processa, na maioria das vezes, através de um visor que amplia traços de bizarrice dos acontecimentos e/ou dos personagens neles envolvidos.

Compreendendo o *bizarro* como aquela categoria que ressalta a *extravagância e/ou esquisitice de uma dada situação ou de um determinado comportamento*²⁰ observa-se que na narração graciliana o narrador busca, através da acentuação de traços bizarros, reforçar o clima kafkiano contido na narrativa. Esse clima acentua, por sua vez, o sentimento de a-historicidade - no sentido que Silviano Santiago emprega essa terminologia - diante das idéias e ações desse momento histórico brasileiro revisitado. O exercício da bizarrice

em *MC* parece atender ao desejo do narrador de estabelecer uma reflexão crítica do contexto tematizado, através da mediação do literário.

Exemplos de bizarrice representam as passagens que tematizam as prisões de Valdemar Birinyi, de Tiago e de Rafael Kamprad, pessoas totalmente alheias às ocorrências do Brasil de 35:

[...] Valdemar Birinyi, húngaro, dizia-se ex-oficial de Bela Kun. Tinha propriedades na Inglaterra e na Argentina. Viajava da Europa a Buenos Aires, em companhia de uma bonita mulher, e tivera a infeliz idéia de saltar no Rio de Janeiro. Aqui se hospedara em hotel de luxo, comprara um automóvel e resolvera prosseguir por terra. Preso no Rio Grande do Sul, fora recambiado à pressa, em avião, e no interrogatório da polícia, mal se explicando numa gíria internacional, deixara sem clareza as razões secretas que o haviam trazido ao Brasil. De nada lhe serviram o passaporte e fotografias de imóveis no Prata. [...] O que mais o angustiava era o extravio de uma coleção de selos, a terceira do mundo, orgulhava-se disso [...] Apresentou-me risonho, uma revista inglesa. Vi uma ilustração: ele e o príncipe de Gales contemplavam absortos um daqueles grossos volumes [...] (*MC*, v. 1, pp 210/239)

[...] Tiago servia na marinha inglesa, muitos anos viajara em linhas do Pacífico. Um dia tivera o pensamento infeliz de se dirigir à América e saltara no Brasil, depois de longa ausência. Levado pelo amor, encaminhara-se ao Mangue. De volta, chamara um taxi. E ao saltar no cais do porto, ouvira a escorchante exigência da patifaria nacional: cem mil-réis pela corrida, um furto.

– ‘Você esta maluco, protestava Tiago. Pensa que sou gringo? Nasci no Rio, tenho isto de cor. Tome vinte mil-réis, que é muito, e guarde o troco. Berros do *chauffeur*: ‘Ladrão, comunista.’ Apitos, rolos, gritos, homens de farda. Tiago no embrulho. O chão molhado, a esteira, pulgas, percevejos, afinal o interrogatório. – ‘Que anda fazendo aqui?’ perguntara um delegado. Qual é sua missão? Tiago não tinha missão nenhuma: era marinheiro na Inglaterra e conhecia Java e Singapura. Brasileiro, tivera saudade, revira a pátria e fora ao Mangue. Apenas. Queria regressar ao navio, falar inglês, viajar novamente ao Pacífico. – ‘Está bem, está bem, resolvera o Delegado. Você fica. Não é bom que esse negócio seja contado lá fora. Você fica.’

– ‘Doutor, afirmara Tiago, prometo não dizer uma palavra, esquecer-me do Brasil. Se me aparecer numa rua a nossa bandeira ou estiverem tocando o Hino Nacional, torço caminho, volto, passo longe. E deixo de falar português.’ *Essa promessa de nada*

servira. Tiago virava comunista, perdera seu lugar no paquete - e, de cabeça rapada, vestindo zebra, carregava tijolos na Colônia Correccional. (MC, v. 2, p. 126 - grifos nossos)

Ainda criança, Rafael Kamprad perdera a família na Guerra Civil, conseguira chegar a Alemanha, onde estranhara o silêncio, a falta de tiros de canhão. Estudante de filosofia e matemática numa universidade, fugira perseguido pelo nazismo, fora terminar o curso na Estônia. Daí o expulsaram. Tinha parentes na China e no Brasil: uma avó no Rio de Janeiro, um tio no Cantão, rico e negócios de petróleo com os americanos. *Optara pelo Brasil. E vivia de ensinar quando rebentara a bagunça de 35.* Previdente, desviara de casa objetos nocivos, confiara a um aluno cartas de Trotski, (sic) mas com tanta infelicidade que num instante haviam caído os papéis nas mãos da polícia. No interrogatório quisera defender-se: - Por essa correspondência, os senhores vêem a minha posição: não tenho nada com o barulho daqui. - Pois sim. Nós gostamos tanto de uma coisa como da outra. E haviam-lhe deformado os pés na tortura. (MC. v. 1, pp. 205/206 - grifos nossos)

As referências às figuras históricas mencionadas são reveladoras de um quadro social algo grotesco. A bizarrice desses fragmentos textuais remetem a uma singular, contraditória e perversa situação política do nosso país. Servindo-se desse aparato ficcional, o narrador empreende uma revisão histórica que se encaminha num duplo movimento: *“num movimento que vai da comicidade à mais profunda tragicidade.”*²¹ É esse movimento - possibilitado pela utilização do bizarro - que aproxima a narrativa graciliana de triste fim de *Policarpo Quaresma* (1915). Neste texto, o narrador de Lima Barreto tematiza o universo sócio-político brasileiro na época da consolidação do regime republicano, correspondente à fase do governo do “Marechal de Ferro”, Floriano Peixoto. Ao incorporar a sua obra esse contexto social, Lima Barreto efetua uma crítica visceral - através do artístico - ao militarismo florianista, à burocracia da República, à intolerância indiscriminada que marcaram a repressão político social daquele período. Antecipando-se ao discurso graciliano, observa-se que um dos elementos estilísticos mais utilizados pelo narrador de *Triste fim de Policarpo Quaresma* é o da bizarrice. Tal instrumento, além de contribuir para a qualidade estética da narrativa, possibilita uma visão crítica do contexto focalizado, na qual *o inconformismo e o pessimismo dão a tônica ao texto.*

Essa aproximação entre a prosa de Graciliano e o texto de Lima Barreto - formas narrativas aparentemente distintas - nos induz a repensar a questão da *continuidade literária* em nossas letras. Apesar de Carlos Nelson Coutinho observar certas afinidades entre Graciliano e o autor de *Clara dos Anjos* ²² afirma categoricamente, contudo, que em países como o nosso, cuja forma de desenvolvimento social adotada, foi a “via prussiana” - inexistiu uma continuidade literária a exemplo da literatura francesa e russa. Ora, o que se apreende da leitura de *MC* não é apenas uma retomada crítica de certas soluções estéticas, mas o mesmo olhar agudo do escritor quando incorpora à sua práxis literária a dimensão social brasileira. Assim, pode-se reconhecer, como Roberto Schwarz, que apesar da raridade, encontramos em nossa trajetória cultural escritores que retomam “criticamente e em larga escala o trabalho dos predecessores, entendido não como um peso morto, mas como um elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas.”²³ Nesse caso, segundo o crítico, não se trata de “continuidade por continuidade, mas da constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração históricas próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante.” (Idem, p.31)

Voltando ao texto graciliano - mais especificamente à passagem do prisão de Valdemar Birinyi - convém destacar a opinião que o húngaro tem acerca dos envolvidos no Levante e, concomitantemente, das possibilidades revolucionárias em nossas terras: “Fui oficial de Bela Kun.²⁴ Já fazer aqui revolução com estas bestas? (*MC*. v. 1, pp 210, 235, 238)

Repetida em outros momentos da escritura, essa visão vai sendo retomada pelo narrador, funcionando como suporte à fala narrativa, operando no texto uma confluência de visões: a visão externa ao conflito - a do oficial de Bela Kun - e a visão interna ao conflito: a ótica do narrador. Ao longo do relato, percebe-se a adesão da fala narrativa à dicção crítica do personagem Birinyi: ²⁵

[...] a Aliança Nacional Libertadora surgia, tinha uma vida efêmera em comícios, vacilava e apagava-se. estaria essa política direita? Assaltavam-me dúvidas. Muito pequeno-burguês se inflamara. Julgando a vitória assegurada, depois recuara [...] Seria possível uma associação, embora contingente e passageira, entre as duas classes? Isso me parecia jogo perigoso. Os interesses da propriedade, grande ou pequena, a lançariam com certeza no campo do fascismo, quando esta miséria ganhava terreno em todo

o mundo. Em geral a revolução era olhada como medo ou indiferença. Os habitantes da cidade contentavam-se com discursos idiotas, promessas irrealizáveis e artigos safados, animavam-se à toa e depressa desanimavam enormemente do litoral e animalizavam-se na obediência ao Coronel e a seu Vigário [...] Muitos anos seriam precisos para despertar essas massas enganadas, sonolentas - e a propaganda feita em alguns meses naturalmente fora escassa. *Organização precária. Agitação apenas, coisa superficial.* Reuniões estorvadas pela polícia, folhas volantes, cartazes, inscrições em muros, pouco mais ou menos inúteis. Lembrava-me de um desses conselhos, negro, a piche: 'índios, uni-vos'. Nunca vi maior disparate, pois naquele arrebalde de capital pequena não vivia nenhum índio [...] E para que nos serviriam a união dos índios, santo Deus? Absurdos semelhantes pressupunham desorientação. (MC. v. 1, pp. 80/81 - grifos nossos)

Essa apreciação crítica em relação à Aliança Nacional Libertadora e ao insucesso do Levante Comunista - denominado pelo narrador ora como "barulho", ora como "bagunça de 35" - é elaborada num tom de dúvidas e questionamentos que nos deixa ver a atitude desconfiada do narrador face à união de classes diversas com o fito de promover-se a revolução. Empreendendo uma avaliação da sociedade brasileira e do Levante Comunista, acentua a pouca organização insurrecional, o distanciamento do povo brasileiro face a esse episódio. Caracterizando, implicitamente, a derrota da insurreição comunista como *primeiro ato* - concepção notadamente ligada à arte dramática - o narrador só enxerga possibilidades de concretização de uma ação revolucionária no Brasil a longo prazo:

Viera a derrota - e agora queria persuadir-me de que *finara o episódio* e a luta ia continuar. *Certamente haveria mais precaução no desempenho do segundo ato.* E aquele revés tinha sido conveniente, pois não existia probabilidade de se agüentar no Brasil uma revolução verdadeira [...] Uma escaramuça, portanto. Os ensinamentos adquiridos seriam úteis mais tarde. (MC, v. 1, p. 82 - grifos nossos)

Na verdade, apesar da empatia do narrador pelos membros do Levante de 35, não se percebe na narrativa nenhuma atitude por parte

do narrador graciliano que corrobore ter sido uma decisão acertada a insurreição no preciso contexto. O que vemos, ao longo do percurso narrativo, é a opinião cada vez mais categórica de que essa rebelião constituía uma insensatez. É assim que olhará o governo revolucionário de Natal: “Propriamente *não fora governo fora doidice*: nisto, embrulhados, concordavam todos.” (MC, v. 1, p. 138 - grifos nossos)

“Doidice”, “disparate”. Esses vocábulos, em meio a outros correntes no texto – “estupidez”, “contra-senso”, “insensatez”, “estranheza”, “contra-dança” – São esclarecedores da perspectiva de distanciamento do narrador de *Memórias do cárcere* em relação ao contexto representado na sua escritura. Diríamos, assim, com Silvano Santiago, que a forma corrosiva com a qual o narrador de Graciliano Ramos empreende o seu balanço da década de Trinta tanto advém de uma visão crítica que demonstra que o autor de *Vidas secas* não se engajou no projeto desenvolvimentista do Brasil de 30, ao tenentismo, portanto, que gerou lideranças revolucionárias como Luiz Carlos Prestes, como lideranças conservadoras tal qual Golbery do Couto e Silva.²⁶ Aliás, o próprio texto memorialístico estabelece uma *relação de causa e efeito entre os acontecimentos de 30 e os que ocorrem em 35*:

Chegamos ao quartel do 20º Batalhão. Estivera ali em 1930, envolvera-me estupidamente numa conspiração besta com um coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte quatro horas depois achava-me preso e só. *Dezesseis cretinos de um piquete de Agildo Barata haviam fingido querer fuzilar-me*. Um dos soldadinhos que me acompanhavam chorava como um desgraçado. *Parecera-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrorio chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o resultado: ladroagens, uma onde de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações [...]* Pensando nessas coisas desci do automóvel, atravessei o pátio, que, em 1930, vira cheio de entusiasmos enfeitados com braçadeiras vermelhas. MC, v. 1, pp. 49/50 -grifos nossos)

Na realidade, as observações do narrador, acerca do viés populista do projeto de modernização do país - modernização burguesa - não apenas coincidem com a visão de Silvano Santiago como também com os postulados do historiador Jacob Gorender:

“Desde os anos 30, industrialização e populismo caminharam juntos, potenciando-se reciprocamente. Sua atuação combinada mudou a face do País [...] O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse comum entre burgueses e operários. O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou - e obteve em elevado grau - o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de consciência de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Na sua essência, concentrada nas idéias de colaboração de classes e paz social.²⁷

Retomando a dimensão bizarra expressa em *Memórias do cárcere*, nota-se que a crítica ao contexto sócio-político da década de 30 se agudiza e torna-se mais eficaz quando o narrador a elabora através desse viés interpretativo. Observemos a forma como narrador nos apresenta um “revolucionário”, companheiro de viagem no navio Manaus:

Logo ao clarear o dia, saltei do estrado, busquei o vizinho do compartimento inferior, para agradecer-lhe os fósforos, e percebi um caboclo baixo, membrudo, hirsuto, a camisa de algodão aberta, deixando ver um rosário de contas brancas e azuis misturados à grenha que ornava o peito largo. *E esse instrumento devoto me produziu a hilaridade: - O senhor usa isso, companheiro? O sujeito endureceu a cara, deitou-me o rabo do olho, formalizou-se e grunhiu: - Quando a nossa revolução triunfar, ateus assim como o senhor serão fuzilados.* Esqueci os agradecimentos e afastei-me a rir, [...] Logo soube que se chamava José Inácio e era beato. *Homem de religião, homem de fanatismo, desejando eliminar ateus, preso como inimigo da ordem. Contra-senso. Como diabo tinha ido ele parar ali? (MC, v. 1, p. 130 - grifos nossos)*

Partes dessa passagem textual – a exemplo da fala de Birinyi – são exaustivamente repetidas na escritura. A reiteração reforça o sentimento de estranheza do narrador diante desse estranho revolucionário – “devoto bisonho de Padre Cícero” – e, ao mesmo tempo,

sinaliza para o aspecto *tragicômico* desse momento histórico focalizado. O enlace entre o trágico e o cômico em *MC*, avizinha-se - conforme registramos anteriormente - do modo narrativo de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e, de forma similar, efetua uma homologia entre os “heróis” da revolução - frágeis e insensatos - e a forma de nossa política oficial: “estúpida e safada”. (*MC*, v. 2, p. 32) Vejamos, então, uma outra passagem narrativa na qual vemos configurado um comportamento tão extravagante quanto a do beato José Inácio:

*Depois do beato José Inácio, apareceu-me um espírita, Sebastião Félix, pessoa incolor. Guardo a vaga lembrança de que era baixo, moreno e usava óculos escuros, mas não estou bem certo disso: sei apenas que exercitava nas preces e na invocação das almas do outro mundo. Nem ali, no infecto desvão, essas criaturas de sonho o abandonavam [...] Sebastião Félix encontrou sectários e decidiu realizar à noite sessões de espiritismo, bastante animadas. Esquecia os viventes, estimava a companhia dos mortos. Em semelhante convivência, não sei como se interessou pela rebelião de Natal (*MC*, v. 1, pp. 143/229 - grifos nossos)*

Considerando esses fragmentos textuais como os mais significativos de extravagância, esquisitice e excentricidade, enfim de bizarrice, acreditamos que o balanço graciliano representa não apenas uma revisão histórica da década de Trinta - mais acentuadamente, da insurreição comunista de 35 - mas, sobretudo, a expressão de mal-estar do narrador diante do contexto materializado em sua prosa. Esse mal-estar deriva precisamente da visão adotada pelo narrador que o torna capaz de apreender o que os seus personagens não captam. É essa visão que o dota da capacidade de elaborar não um simples relato do ocorrido, mas de expressar uma “consciência refletida” acerca dos fatos e personagens presentes em seu texto. Retornando a Pouillon, reconhecemos que essa consciência refletida se deve ao distanciamento do narrador face ao universo representado em suas *Memórias*. Graças ao modo de compreensão do narrador, as *Memórias do cárcere* se apresentam como um texto híbrido no qual o contextual é apresentado através do aparato ficcional. Daí, surgirem, em meio à *escrita emaranhada*, os fios ficcionais de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de *São Bernardo* e de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Na verdade, ao *desalinhar esse novelo de casos* encontramos

retraçadas as linhas de interpretação que conduziram Machado de Assis²⁸ e Lima Barreto ao desvendamento de nosso tecido histórico-social. Entre as linhas e as curvas textuais de *Memórias do cárcere* encontra-se, alinhavado, um ponto nodal comum aos Autores acima citados: a impotência do intelectual diante do processo histórico. Impotência, essa, manifestada pela recusa de pacto com as nossas estruturas sociais. (SANTIAGO, p.436) Na impossibilidade de desatar esse ponto-nó, Machado de Assis, Lima Barreto e Graciliano Ramos corroem os contextos tematizados em suas escrituras. Dessa impotência e impossibilidade deriva o tom corrosivo das narrativas, explicitado pelo ceticismo, pela ironia, pelo movimento tragicômico e pela ausência de qualquer visão otimista no porvir.

Embora diversas e autônomas essas práticas discursivas explicam-se e complementam-se - apesar das suas especificidades - enquanto desfiam ao leitor os fios e as linhas aparentemente perdidas de nossa tradição e patrimônio literário. A leitura, por nós efetuada, indica que os três escritores - em contextos diferentes - expressam em seus discursos de re-presentação uma consciência lúcida e refletida das realidades circundantes. Essa consciência crítica, nada otimista, em relação aos seus cenários históricos, os torna - cada um em seu tempo - literariamente modernos.

Essas ponderações são de capital importância para o nosso trabalho por nos chegarem via interpretação de *Memórias do cárcere*. Curiosamente, são os fios dessa malha narrativa que tecem as linhas que aproximam a escrita graciliana (a ficcional e a das memórias políticas) das prosas ficcionais de Machado de Assis e Lima Barreto. Aproximação dialética na qual não cabem noções tais quais “influências” e/ou “débitos”, mas que sinalizam, precisamente, para uma continuidade em nossa tradição literária.

Notas:

1. *Memórias do cárcere*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1976, p. 33. Todas as citações no corpo do trabalho obedecem a esta edição.
2. CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 17 ed., São Paulo: Martins, 1975, pp. 9-58.
3. Naquele tempo grassava na cadeia uma epidemia literária. Os militares abandonavam a tática e a estratégia, pendiam para a ficção; Agildo Barata e Álvaro de Sousa tinham feito romances, na verdade relatórios sobre a luta no 3o Regimento. O de Agildo não era muito ruim, tinha pelo menos um capítulo razoável. A história de Amadeu Amaral Júnior deixou-me enervado e besta [...] Que diabo queria Amadeu Amaral Júnior dizer com aquilo? "(MC, v2., pp. 209/210)
4. CANDIDO, Antonio, op. cit. p. 57
5. Embora não reduzamos nossa análise às possíveis alusões históricas contidas em MC, necessário se faz assinalar que em *Amarcord* o cineasta Fellini registra a utilização do óleo de rícino, pelos fascistas, no processo de intimidação aos seus opositores: os comunistas e social-democratas.
6. Observar em *Angústia* a tematização desse olhar de "fresta" ou de "relance" pelo narrador de Graciliano
7. SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984, p. 172.
8. Não pretendemos, neste momento, proceder um cotejo entre *Memórias do cárcere* e *Angústia*. Este último é citado como exemplo de intratextualidade.
9. CANDIDO, Antonio. Op. cit., p.15.
10. MC, v. 1, p. 38.
11. POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Trad. de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974, pp. 62/74.
12. SANTIAGO, Silviano. Mesa -redonda. IN: *Graciliano Ramos: antologia & estudos*. Org. GARBUGLIO, José Carlos et alii, p. 429.
13. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Carta a Cassiano Ricardo. In: *Raízes do Brasil*.

20 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, pp. 143/146.

14. Ver SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: *Que horas são?* : ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 28/48.

15. Referendamos o conceito esboçado por Marx e Engels que é o da total “subversão da sociedade burguesa”. Neste sentido, vejam-se os capítulos “As lutas de classe na França de 1848 a 1950” e “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” do livro MARX e ENGELS. *Obras escolhidas*. [s. tradutor] Rio de Janeiro: Vitória, 1961, v. 1.

16. CARONE Edgar. *A República nova: 1930-1937*. 3 ed, São Paulo: DIFEL, 1982. (Col. Corpo e alma do Brasil)

17. PINHEIRO, Sérgio Paulo. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e no Brasil; 1922/1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 63/64.

18. Em relação a Cotrim, é interessante observar a análise de Roberto Schwarz acerca desse personagem. Ver SCHWARZ, Roberto. O cunhado Cotrim. In: *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. No que se refere a Brás Cubas, nada é mais extravagante do que a própria condição de “defunto autor”.

19. COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: – et Alii. *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

20. A respeito do bizarro, veja-se o já citado trabalho de Carlos Nelson Coutinho, como também o dicionário FERNANDES, Francisco. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. 28 ed. rev. e ampl. por Celso Pedro Luft. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

21. COUTINHO, Carlos Nelson. Op. cit., p. 78.

22. Para Carlos Nelson Coutinho, Graciliano Ramos retoma o espírito “participante” e a “profunda consciência social que marcaram a práxis literária” de Lima Barreto. Assim, sugere que se pode considerar Ricardo Loberant - personagem da obra *As recordações de Isaiás Caminha* - como o “precursor de Paulo Honório”, em *São Bernardo* e Olga - personagem de *Triste fim de Policarpo Quaresma* - como uma

precursora do humanismo que marca a atuação de Madalena, em *São Bernardo*. (Op. cit., pp 90/115) Vale assinalar que Osman Lins também percebe uma certa similaridade entre a narrativa de *São Bernardo* e *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. Ver LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976, pp. 31/34 (Coleção Ensaíos)

23. SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração In: *Que horas são?*. Op. cit., p. 31.

24. Bela Kun foi um revolucionário executado por Stalin. Líder comunista e primeiro mandatário da República Soviética Húngara de 1919, bem como membro proeminente da Terceira Internacional, foi reabilitado em 1958. Ver: *Enciclopédia Barsa*, Rio de Janeiro/São Paulo, 1980.

25. Usamos o termo "personagem" devido ao fato de o próprio narrador de *MC* utilizá-lo. Como ilustração, ver: *MC*, v. 1, p. 131.

26. SANTIAGO, Silviano. Mesa Redonda. In: *Graciliano Ramos*. Op. cit., p. 423

27. GORENDER, Jacob. O contencioso da industrialização e do populismo. In: *Combate nas trevas: a esquerda brasileira; das ilusões perdidas à luta armada*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1987, pp. 15/19 (Série Temas, Brasil contemporâneo, v. 3)

28. Ver nossa Dissertação de Mestrado, cuja referência a Machado de Assis, nessa tradição literária, se faz presente no capítulo intitulado: Da escrita difusa ao novelo de casos: processo e técnica narrativa em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Memórias do cárcere*.